

Em ano eleitoral, Bolsonaro acelera entrega de títulos de terra

ultimosegundo.ig.com.br/politica/2022-09-22/em-ano-eleitoral--bolsonaro-acelera-entrega-de-titulos-de-terra.html

Agência O Globo

22 de setembro de 2022



Reprodução: Agência Brasil

Bolsonaro acelera distribuição de títulos de propriedades rurais provisórios em ano eleitoral

Numa medida utilizada como bandeira de **campanha**, o presidente **Jair Bolsonaro** (PL) intensificou a distribuição de **títulos de propriedades rurais** neste ano, quando disputa a reeleição, e entregou 122 mil documentos do gênero até 14 de setembro, o equivalente a 14,2 mil por mês, quase duas vezes mais que a média da atual gestão.

Aliados do candidato à **reeleição** enxergam as entregas como trunfo para conquistar eleitores nas regiões Norte e Nordeste, além de enfraquecer o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), grupo ligado ao PT que historicamente capitaneou a luta pela reforma agrária no país.

Na tentativa de transformar a estratégia em votos, Bolsonaro tem alardeado as concessões durante a campanha. O tema já foi tratado durante seu discurso na Assembleia-Geral da ONU, nesta terça-feira, assim como em inserções de TV e postagens na internet.

"A violência no campo também caiu ao mesmo tempo em que aumentamos a regularização da propriedade da terra para os assentados. No meu governo, entregamos 400 mil títulos rurais, 80% deles para as mulheres", afirmou o presidente em Nova York.

A distribuição de títulos também tem sido propagandeada por ministros como um instrumento para a conquista de apoio em seus estados, como fez o titular da Casa Civil, Ciro Nogueira, no último fim de semana. Ele participou de eventos de entrega de papéis fundiários nas cidades de Barras e José de Freitas, ambas no Piauí, seu estado, ao lado do presidente do Incra, Geraldo de Mello Filho, no sábado.

O ministro postou em seu perfil nas redes sociais imagens dos beneficiários erguendo os documentos como troféus e recebendo flores em meio a um cenário decorado com bandeiras do Brasil. "São famílias que sonhavam em ter consolidadas as suas moradias e agora passam a ser contempladas graças a ação do Governo Federal", escreveu o ministro.

Continua após a publicidade

Até agosto deste ano, de acordo com dados oficiais do Incra, os brasileiros que mais receberam títulos de propriedade rural foram os moradores do Pará (92 mil), Maranhão (54 mil) e da Bahia (25 mil).

São as três unidades da federação que mais possuem assentamentos, o que torna natural que elas estejam entre as mais beneficiadas. A iniciativa, contudo, também é estratégica para Bolsonaro. Ele foi derrotado por Fernando Haddad (PT) no segundo turno de 2018 nos três estados, que concentram 14,2% do eleitorado.

Documentos provisórios

Apesar de o presidente afirmar que tem batido recordes na distribuição de títulos, a grande maioria das entregas feita pelo governo (82%) é dos chamados Contratos de Concessão de Uso (CCU), que não são documentos de propriedade definitiva. Os CCUs são um instrumento por meio do qual o Executivo autoriza o cidadão a usar regularmente um terreno da União. O Executivo, porém, pode requerê-los de volta a qualquer momento, diferentemente do documento que atesta a propriedade.

A quantidade de concessões provisórias vem aumentando desde o início da atual gestão e atingiu o maior patamar no ano eleitoral. O governo Bolsonaro liberou em média 2,1 mil CCUs por mês em 2019 e 12,2 mil até o meio de setembro de 2022, também em média — um salto de 480% na comparação entre os dois anos.

Os títulos definitivos (nos termos técnicos, TDs ou CDRUs), que costumam demorar dez anos para serem concedidos, representam 11% dos dados alardeados pelo presidente. As entregas vêm sendo capitaneadas pelo presidente do Incra, Geraldo Melo Filho, e pelo secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura, Nabhan Garcia.

"Estamos correndo com isso, já chegamos a 410 mil títulos. A meta era 600 mil, vamos continuar tentando batê-la", disse Nabhan ao GLOBO, referindo-se à soma de documentos de posse provisória e definitiva.

Títulos para mulheres

Além de tentar diminuir a influência do MST sobre o eleitor que vive nas áreas rurais, a campanha de Bolsonaro passou a propagar que a maioria dos “títulos” é entregue diretamente a mulheres, segmento da população entre o qual ele sofre maior rejeição. A opção por distribuir prioritariamente às brasileiras, porém, já é adotada desde o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Além disso, especialistas questionam os critérios da atual gestão nas políticas de democratização de propriedades rurais. Historicamente, a reforma agrária no país era medida com base na quantidade de desapropriação de terras e de famílias assentadas. Bolsonaro tem priorizado a regularização de assentamentos criados nas gestões passadas e foi o presidente que, em média, menos inscreveu novas famílias e agregou hectares de terra ao programa.

"O governo está fazendo uma contabilidade criativa que nenhuma outra gestão fez. Assim, para o público leigo parece que o governo está assentando e titulando como nunca. Só que, na verdade, ele reduziu os assentamentos e teve uma performance pior que governos anteriores", diz Raoni Rajão, professor de Gestão Ambiental da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Procurado, o Incra reconheceu que os CCUs não têm valor de escritura, mas afirmou que ele garante posse e acesso ao crédito rural, além de ser necessário para que se conceda o Título de Domínio (TD), documento de posse definitiva, numa etapa posterior. E frisou que emitiu mais títulos definitivos do que as gestões passadas.

“Embora o assentamento de novos beneficiários tenha permeado a atuação da autarquia em décadas passadas, o Incra priorizou nos últimos anos ações de regularização dos assentamentos, como a supervisão ocupacional de lotes, a regularização de beneficiários cadastrados (...) a concessão de crédito, a construção de habitações e a emissão de documentos de titulação”, afirmou o Incra. O órgão diz ainda que a execução da reforma agrária “não parou” no atual governo: “O foco é a regularização das famílias e a titulação para acesso às políticas da agricultura familiar”.

Procurados, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, não retornaram aos contatos feitos pela reportagem.

Veja Também
